

# A ABORDAGEM DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA PRÁTICA EDUCATIVA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O IFSP

## APPROACH OF GENDER ISSUES IN THE EDUCATIONAL PRACTICE: A CASE STUDY ABOUT IFSP

Lucas Labigalini Fuini<sup>1</sup>

Data de entrega dos originais à redação em: 30/01/2018  
e recebido para diagramação em: 24/05/2018

O presente artigo visa contribuir para o entendimento de como a temática de gênero é abordada e desenvolvida em sala de aula pelos professores dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Câmpus de São João da Boa Vista. A pesquisa realizada engloba as questões de gênero e sexualidade e sua presença no ensino médio, refletindo sobre como elas tem sido debatidas nas diversas disciplinas. Parte da problemática de que tais temáticas são relevantes na formação integral do aluno, mas ainda hoje pouco mobilizadas nas matérias escolares. A hipótese que se coloca é que barreiras morais e dificuldades pedagógicas limitam esse debate. Nesse sentido, a pesquisa se baseou em análise de fontes bibliográficas e documentais e de coleta de dados e qualitativos através de formulários e questionários aplicados com professores, coordenadores e diretores do IFSP - São João da Boa Vista. Posto isso, foi possível produzir um diagnóstico preliminar da inserção dos conceitos de gêneros e sexualidade como conteúdos escolares, bem como alguns de seus impactos nas práticas educativas.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Identidade.

*This article aims to contribute to the understanding of how the gender theme is approached and developed in the classroom by the professors of the Technical Courses Integrated to High School of the Federal Institute of São Paulo (IFSP), Campus de São Paulo João da Boa Vista. The research encompasses the issues of gender and sexuality and their presence in high school, reflecting on how they have been debated in the various disciplines. Part of the problematic that these themes are relevant in the integral formation of the student, but still little mobilized in the school subjects. The hypothesis is that moral barriers and pedagogical difficulties limit this debate. In this sense, the research was based on the analysis of bibliographic and documentary sources and data and qualitative data collection through forms and questionnaires applied with teachers, coordinators and directors of IFSP - São João da Boa Vista. Having said that, it was possible to produce a preliminary diagnosis of the insertion of the concepts of genders and sexuality as school contents, as well as some of its impacts on educational practices.*

*Keywords: Gender. Sexuality. Education. Identity.*

## 1 INTRODUÇÃO

Durante um longo período histórico, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres eram designados pelo termo sexo. No Brasil, o termo gênero tarda a aparecer, sendo utilizado em pesquisas científicas em meados do fim da década de 1990, como explica a pesquisa feita, Silva (2005). No Brasil, o termo gênero tarda a aparecer, sendo utilizado em pesquisas científicas em meados do fim da década de 1990 como explica a pesquisa feita, Silva (2005). Temáticas como a educação sexual estão presentes na legislação educacional brasileira desde o início do século XX, no entanto, sempre enfrentaram obstáculos em seu tratamento na sociedade sob forte influência da moralidade religiosa, conforme explicam Borges e Meyer (2008, apud, MARIANO, 2012), tratando o sexo como algo ameaçador e perigoso e que precisava ser disciplinado.

O tratamento sociológico, segundo Giddens (2004), tem tradicionalmente diferenciado sexo de gênero ao tratar o sexo a partir das diferenças anatômicas e fisiológicas que caracterizam o corpo

do homem e da mulher e, o gênero, pelas diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos de sexos diferentes. O conceito de gênero pode ser tratado também como a construção sociocultural do masculino e feminino dominantes, bem como estar associado a uma teorização para explicar a diferença sexual e as desigualdades entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Superando a explicação biológica sobre gênero, Scott (1995) afirma que o termo gênero indica construções culturais sobre os papéis adequados a homens e mulheres, indicando que a hierarquização de gênero não é um fato natural, mas sim produzido socialmente e em determinado contexto histórico (BEAVOUIR, 1970). Em suma, gênero designa formação de mecanismos sociais a partir dos quais emanam comportamentos e identidades referentes ao masculino e ao feminino. A identidade de gênero, como complemento e termo usado atualmente como veículo de afirmação política e cultural, seria o autoconceito de um indivíduo como sendo homem ou mulher, não sendo fixa no nascimento, podendo ser modificada e

1 - IFSP - Câmpus São João da Boa Vista. < lucasfuini@yahoo.com.br >.

ampliada por fatores sociais à medida que a criança amadurece. “Como o conceito individual de seu papel sexual, a identidade de gênero se desenvolve por meio do exemplo dos pais, do reforço social e da linguagem” (www.britannica.com). A sexualidade, por sua vez tanto pode remeter às características sexuais e biológicas, quanto ao comportamento sexual vinculado à orientação dos desejos e sentimentos afetivos dos seres humanos (GIDDENS, 2004).

Nesse sentido, a despeito de estar presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, desde 1998, como um conteúdo a ser abordado mais explicitamente como tema transversal (*Orientação sexual*) em sala de aula, o debate gênero-sexualidade continua enfrentando dificuldades para se enraizar na prática docente e no cotidiano escolar. A leitura de trabalhos relacionados à temática de gênero demonstrou que, em alguns casos, a dificuldade de tratar do tema se dá pela falta de conhecimento dos (as) professores(as) ou pela complexidade do assunto, como explica a pesquisa de Jardim e Brêtas (2006).

Este contexto suscitou-nos os seguintes questionamentos 1) A falta de conhecimento ou a complexidade do assunto (gênero e sexualidade) seriam as únicas razões para a frequente ausência da temática nas escolas? 2) Qual a percepção dos professores sobre o ensino da temática de gênero na escola? 3) Os professores possuem conhecimento a respeito das orientações curriculares referente ao ensino de gênero? 4) Qual a dificuldade encontrada pelos professores que já abordaram o tema em aula?

A presente pesquisa visa responder a essas questões e analisar os motivos pelos quais a temática de gênero tem sido tão sonegada pelo ensino oficial, apesar de constituir uma dimensão fundamental de uma educação voltada para a cidadania, a fim de conscientizar os estudantes e esclarecer questões pertinentes a identidades de gênero e incentivar o respeito e a luta das mulheres e grupos LGBTs<sup>1</sup> diante dos papéis subalternos que lhe são impostos. Busca-se, assim, construir uma sociedade que promova e valorize o pleito de minorias que tem enfrentado diversos tipos de barreiras para conseguirem seus direitos de cidadania, mostrando que a história não é feita apenas pelo padrão patriarcal e heteronormativo.

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012) propõe uma formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico do educando, considerando que o currículo se coloca como proposta de ação educativa que define conteúdos relevantes e pertinentes de acordo com os saberes e vivências dos alunos e suas identidades e condições cognitivas e socioafetivas.

Como é possível perceber, o sistema de educação básica deixa claro que a escola constitui um espaço importante na formação do pensamento crítico e na identidade do aluno, da qual faz parte o debate contemporâneo sobre sexualidade e identidade de gênero. A presente pesquisa usará como referência o

<sup>1</sup> - Refere-se aos grupos e movimentos de LGBT, que incluem os autointitulados Lésbicas, Gays, Bissexuais. Com o tempo adicionou-se a letra T, para Transsexuais, Transgêneros e Travestis. Mas recentemente sugeriu-se acrescentar a letra Q, indicativo dos grupos Queer ou de questionamentos do rótulos de gênero, e a letra I para os intersexuais e simpatizantes.

termo “gênero” para designar o contexto de elementos teóricos e empíricos que situa a análise das instituições, comportamentos, discursos e formas de controle associados ao sexo, à sexualidade e às construções culturais e históricas sobre gênero que refletem esses assuntos.

Para a construção deste artigo, realizamos uma pesquisa de revisão bibliográfica acerca dos trabalhos mais recentes já realizados sobre o ensino de gênero nas escolas, bem como de documentos normativos da educação no nível federal e no âmbito do Instituto Federal. Para tratar da problemática e hipóteses propostas, realizamos a aplicação de questionários junto aos professores das disciplinas que compõem o Núcleo Comum Propedêutico (Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, História, Educação Física, Artes, Língua Portuguesa e Inglesa, Sociologia, Filosofia) dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) no Câmpus São João da Boa Vista. Esta pesquisa faz parte do Edital de Fluxo Contínuo PIVICT (Programa de Iniciação Voluntária à Iniciação Científica e Tecnológica), versão 2017, regido pela portaria SBV n. 0030/2017, iniciado em março de 2017 e finalizado em dezembro de 2017.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa foi dividida em três etapas. A primeira foi o levantamento, organização e a análise de referências bibliográficas, buscando entender como se forma a identidade de uma pessoa e a influência da escola nesta formação, além do tema principal que é a abordagem de gênero e os conceitos a ela atrelados definidos por diferentes autores.

A segunda etapa foi o levantamento a respeito de como a temática é abordada na legislação brasileira, nos documentos de âmbito nacional como LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e PNE (Plano Nacional de Educação), e nos institucionais como Organização didática do IFSP (Cursos) integrados.

A terceira etapa tratou da aplicação de um questionário aos docentes e gestores através de levantamento de campo, com o objetivo de investigar o conhecimento dos professores do núcleo comum e os gestores a respeito da questão de gênero e o quanto importante consideram a abordagem do tema no âmbito escolar. A partir da coleta de dados por meio do questionário realizou-se uma análise qualitativa e quantitativa que nos permitiu concluir o diagnóstico da abordagem das questões de gênero na prática educativa do IFSP - São João da Boa Vista.

Os dados foram obtidos por meio dos questionários entregues aos professores do Núcleo Comum Propedêutico (disciplinas: Língua Portuguesa, Inglês, Biologia, Química, Física, Geografia, História, Sociologia, Filosofia e Matemática.) dos Cursos Integrados em Informática e Eletrônica do IFSP, bem como com os gestores dos cursos de Informática e Eletrônica e o Diretor Adjunto Educacional do câmpus. Um total de 15 professores respondeu ao questionário, sendo representantes das diferentes áreas de conhecimento (\*exceto o docente em exercício de Sociologia que vem a ser o orientador da pesquisa ora em curso).

Esse questionário (pois que contempla perguntas abertas e fechadas) (**Figura 1**) foi aplicado durante a segunda quinzena de Setembro/16 e a primeira quinzena de Outubro/17 através de envio via *Email*, aplicativo *Whatsapp* e por meio de coleta direta em horário previamente agendado. A aplicação com os gestores ocorreu por meio de coleta direta com horário previamente agendado.

Figura 1 - Questionário de pesquisa aplicado com docentes e gestores do IFSP - São João da Boa Vista

1 – O que define o sexo de uma pessoa em sua opinião.

2 - O que define o gênero de uma pessoa em sua opinião.

3 - Você acredita ser importante o estudo sobre as questões de gênero em sala de aula?  
 Justifique.

4 - Se sentiria confortável e apoiaria que seus docentes e servidores trabalhem questões de gênero em sala de aula? Justifique. (Gestores)

5 - Como você acredita que o conteúdo (gênero e sexualidade) deveria ser trabalhado? (Gestores)

6 - Como essas temáticas (Gênero, Sexo e Sexualidade) aparecem nos PPCs (Projeto Pedagógico de Curso) e no PPP (Projeto Político Pedagógico)? (Gestores)

7 - Trabalharia as questões de Gênero e Sexualidade em sua aula? (Docentes)

8 - Esses temas aparecem no material didático de suas aulas? (Docentes)

9 - Tem conhecimento sobre como essas temáticas (Gênero, Sexo e Sexualidade) aparecem nos PPCs (Projeto Pedagógico de Curso) e no PPP (Projeto Político Pedagógico)? (Docentes)

10 - Se sentiria confortável em trabalhar questões de gênero em aula? Justifique. (Docentes)

11 - Se sente capacitado para trabalhar essas questões em aula? Justifique. (Docentes)

12- Como trabalharia esses temas em sua aula? Explique. (Docentes)

Fonte: Elaboração própria

### 3 DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 Socialização e formação da identidade

A formação da identidade de um indivíduo ocorre a partir do que lhe é ensinado desde o momento em que nasce. A partir de então, seu desenvolvimento se dá principalmente pelas histórias que lhe são passadas e pelos ideais e valores que os indivíduos ao seu redor compartilham. É neste processo, portanto, que os padrões e convenções sociais são aprendidos e interiorizados. De acordo com Ciavatta (2005, p. 85), três instituições são fundamentais para a construção da identidade: a família, a escola e o trabalho. Giddens (2004) retoma esses aspectos para tratar do que chama de reflexividade social, ou seja, pensar nas circunstâncias em que vivemos as nossas vidas, sobretudo em um momento em que as formas modernas de socialização questionam os valores tradicionais e propõe novas leituras sobre os papéis sociais em relação às instituições. Como exemplo, se coloca o questionamento das formas de família patriarcal quando se propõe um modelo de maior democratização e crescente igualdade entre os sexos.

É no contexto da família que os indivíduos aprendem como se portar e se relacionar internamente e com aqueles que estão fora dela. Também será a família uma das instâncias a definir valores para um

homem e uma mulher biológicos, orientando o seu destino e o fazendo-os agirem de acordo com os padrões formados historicamente. O segundo espaço descrito pelos autores é a escola, que oferece os meios que permitem aos indivíduos interpretar o mundo e compreenderem seu papel na sociedade enquanto um cidadão. Desta forma, a escola é responsável por desconstruir ou firmar os padrões

construídos historicamente e a criar as memórias de um cidadão. Será, contudo, pelo trabalho que o indivíduo terá seus valores claramente definidos. Neste ambiente, será colocado em prática tudo aquilo que lhe foi transmitido desde o início de sua vida, permitindo, portanto, que a sua verdadeira identidade seja definida.

Contudo, sabemos que essa socialização se restringe a apenas três espaços. Devemos citar também a religião católica que exerce um papel fundamental na formação do indivíduo, sendo ela a responsável por muito dos padrões impostos sobre a sexualidade até hoje seguidos, definindo aquilo que é correto ou não, aceitável ou não, em termos morais.

Historicamente, grupos minoritários surgiram em resposta ao tradicionalismo impregnado nas ações do Estado e nos saberes difundidos por grupos hegemônicos, buscando desconstruir os padrões impostos, para que o cidadão tenha a liberdade de se expressar e se comportar da forma em que acredita ser a correto e se sinta confortável para exercê-lo, como os movimentos feministas e LGBT que lutam pela igualdade de direitos. Dessa manifestação de resistência de minorias, em movimento emergente nos Estados Unidos nos anos de 1950 aos 1970, surge a discussão sobre diversidade de gênero e sexualidade (DAVIS, 1981).

Para que seja possível compreender a relação entre educação e formação da identidade de gênero, é necessário definir o significado deste termo, bem como a sua diferença com relação ao termo sexo. Nossa pesquisa se orienta pela definição apresentada por Joan Scott (1995).

O termo gênero [...] é utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm capacidade de dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo

“gênero” tornar-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (SCOTT, 1995, p. 75).

O trecho acima demonstra, portanto, que o termo sexo faz menção às características biológicas de homens e mulheres enquanto o termo gênero se refere aos padrões de comportamento historicamente construídos que a sociedade espera ver reproduzidos pelos diferentes sexos (SAFFIOTI, 1987). Joan Scott (1995) traz ainda uma segunda definição para a palavra gênero, que diz respeito às relações de poder, além de designar um comportamento histórico, as diferenças de gênero determinam o poder que este ou esta pode ou não exercer.

Como já mencionado, a identidade de um indivíduo se forma a partir das histórias que lhe são contadas, das influências de pessoas próximas e do meio que habita, o que corresponde também a formação da identidade de gênero. Trata-se das relações sociais entre os sexos e seus papéis que são construídos historicamente pela sociedade e, portanto, terá como consequência encarregar esses indivíduos com funções específicas e atribuir também à representação ou não de um cargo ou função social (GIDDENS, 2004).

Em perspectiva teórica, segundo Giddens (2004), destacam-se três abordagens principais: a primeira, a de Freud (2016) que associa sobre sexualidade e consciência genital (predisposição à certos comportamentos conforme a formação genital); a segunda, de Chodorow (1978, 1988), estuda o desenvolvimento do gênero ao aprendizado que se dá na família e aos papéis de homem e mulher (ou de feminilidade e de masculinidade) que são reproduzidos socialmente através da ligação dos filhos com os pais e, a terceira abordagem, a tratar das desigualdades de gênero e das diferentes identidades que definem formas de estratificação social em decorrência das oportunidades de vida que indivíduos e grupos enfrentam.

As histórias que nos são transmitidas, de geração em geração, desempenham fundamental importância neste processo, pois ficam gravadas em nossa memória e são levadas para a vida cotidiana. É ao longo deste processo de formação da identidade que se pode encontrar a explicação para diversos problemas de desigualdade de gênero, já que durante o seu desenvolvimento são desprezados personagens não correspondentes à realidade normativa hegemônica, como no caso dos homossexuais, das mulheres não femininas e dos homens mais sensíveis.

Historicamente são transmitidos padrões de comportamento feminino e masculino que foram constantemente reforçados pelos meios e instituições de socialização. A família, por exemplo, dita quais as atitudes que o menino ou a menina deverá ter para que sejam reconhecidos como tais e qual seu destino de acordo com seu sexo. As meninas, desde cedo, aprendem a cuidar da casa, enquanto seus irmãos, geralmente, são dispensados dessa tarefa. Nas palavras de Mariano et al. (2012, p.14), a família é o “espaço histórico e simbólico

no qual e a partir do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores dos destinos pessoais de homens e mulheres, ainda que isso assumam formas diversas nas várias sociedades”.

A escola, por sua vez, será a responsável por firmar ou desconstruir esses padrões, por fazer as divisões dos deveres do jovem e por ensinar o estudante a se posicionar diante da diversidade de informações a respeito da identidade de um homem ou de uma mulher que lhe serão apresentadas. Ademais, os estudantes trazem as questões do cotidiano da vida do jovem para o estudo em sala de aula. Nesse sentido, Silva et al. (2012) afirma.

Novas temáticas de estudo tendem a estar bastante vinculadas aos interesses dos/as estudantes do ensino médio, uma vez que tratam de questões diretamente relacionadas ao cotidiano e, desse modo, vinculam-se também aos interesses dos/as professores. Apesar desse crescente interesse, percebe-se que muitos livros de Sociologia dirigidos ao Ensino Médio não abarcam devidamente temáticas da Sociologia contemporânea, a exemplo dos estudos de gênero (SILVA, 2012, p. 2).

É importante considerar que a escola poderá construir ou desconstruir os padrões sociais devido ao fato de que ela pode promover o conhecimento entre os alunos, o qual poderá demonstrar a diversidade das identidades de gênero e a importância do respeito por cada uma delas. Entendemos por conhecimento o saber cognitivo e atitudinal construído por meio dos conteúdos trabalhados nas escolas e que oferece aos estudantes a capacidade de interrogar e transcender as limitações que lhe são impostas, inclusive as de gênero, para atuar como agente de sua mudança pessoal e do destino que lhe é esperado, conforme argumenta León (1993 apud CIAVATTA, 2005, p. 92). Dentro desta perspectiva, o conhecimento é compreendido como algo que está além da realização de cálculos ou do aprendizado acerca do próprio idioma. Pois, se a escola é aquela que oferece o saber, ela deverá, então, oferecê-lo em toda a sua diversidade.

Para entender melhor como o ambiente de trabalho contribui como atividade praticante da cidadania e reprodutora de valores, Ciavatta (2005), apoiado em Lukács (1978) compreende a categoria “trabalho”

[...] como atividade ontológica, estruturante do ser social, como um valor extrínseco à vida humana e ao conhecimento, que ele proporciona na relação com a natureza e com os demais. É o trabalho como um princípio de cidadania, no sentido de participação legítima nos benefícios da riqueza social, que se distingue das formas históricas e alienantes, de exploração do trabalhador, presentes na produção capitalista (CIAVATTA, 2005, p. 92).

Entende-se pela citação de Ciavatta (2005) que o termo gênero está relacionado a cidadania, e que o

trabalho atua como um princípio dele. Será nele que o cidadão poderá de fato estruturar-se e relacionar-se com seus demais praticando a cidadania, que corresponde ao respeito e igualdade pelo seu próximo, não importando seu gênero, etnia ou classe social.

Assim, de uma concepção mais biológica/anatômica, com o termo sexo, direciona-se para um sentido mais político e cultural com os temas gênero, feminismo e patriarcalismo, construções historicamente herdadas. Desse modo, questiona-se se a escola se propõe a ir além das concepções biológicas, que naturalizam a construção da identidade de gênero, propondo um debate mais democrático e plural que envolva a questão da igualdade entre diferentes quanto à sua opção e identidade sexual.

Em um segundo momento, foi feita uma pesquisa de dados estatísticos demográficos e socioeconômicos utilizando o recorte sexo (masculino e feminino) no contexto de atuação do IFSP, em São João da Boa Vista/SP, consultando-se dados do IBGE (Cidades@ e SEADE-IMP).

Constatou-se que apesar do crescimento demográfico da população feminina (Tabela 1), que apresentou um aumento de 93% em 40 anos, em termos absolutos, em comparação com os homens (82,8%), com um aumento da diferença entre 1970-2010, de mais de 2.549 pessoas, a renda média salarial continua bastante desigual, apesar do aumento da participação feminina.

Tabela 1 - População residente por sexo no município de São João da Boa Vista/SP entre 1970-2010

Sexo/Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Homens	22.179	27.997	34.327	38.046	40.546
Mulheres	22.292	27.941	34.821	39.341	43.093

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (Cidades@). Elaboração: autores

Segundo a análise da tabela 2, em 2015 as mulheres recebiam, segundo a média anual, cerca de 62,6% da remuneração dos homens. Em 2005, essa diferença era ainda maior, recebendo as mulheres apenas 49,2% do que recebiam os homens. Apesar da crescente diminuição da diferença, ela ainda existe e é injustificável jurídica, econômica e socialmente em uma nação em regime democrático de direito que garante tratamento de igualdade aos seus cidadãos.

Tabela 2 - Renda média salarial anual (massa salarial) nos vínculos empregatícios formais em São João da Boa Vista entre 2005-2015

Sexo/R. salarial	2005	2010	2015
Masculino	36.713,07	36.677,17	37.752,07
Feminino	18.074,24	19.585,40	23.663,80

Fonte: RAIS-Tem, 2017. Elaboração: dos autores

O IFSP surge no contexto de São João da Boa Vista (SBV) a partir da instalação de uma unidade do CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) no ano de 2007, nas dependências do antigo CEPRO (Centro de Educação Profissionalizante), antiga parceria do município com o governo do Estado e instalado como associação privada em 1999. A expansão da rede federal profissional, científica e tecnológica, a partir

de 2010, transformou o CEFET em Instituto Federal de São Paulo. Inicialmente o campus de SBV oferecia cursos técnicos nas áreas de Informática e Eletrônica. Com o passar dos anos foi ampliando a oferta para cursos técnicos integrados e cursos Tecnológicos superiores, cursos de graduação, Licenciatura e Pós-graduação, atingindo, na atualidade, a marca de 70 docentes efetivos, mais de 30 servidores técnico-administrativos, atendendo aproximadamente mais de 1.000 alunos (PPP-Projeto Político- Pedagógico do Campus, 2017). Desse modo, consideraremos esse contexto sociocultural para estudo sobre as questões referentes e seu impacto no ambiente escolar.

### 3.3 A formação da identidade de gênero no ambiente escolar

A escola, por ser um dos espaços fundamentais no processo de socialização, desempenha um papel de grande relevância na formação da identidade de gênero dos indivíduos. Como explica Ciavatta (2005), a escola é responsável por criar 'um lugar de memória'. Considerando a escola um lugar responsável por criar um "lugar de memória", qual seria o seu papel na formação da identidade de gênero? O ambiente escolar promove a socialização de indivíduos oriundos de diversos lugares, com diversas opiniões, identidades e visões de mundo, englobando alunos, professores e funcionários.

Neste contexto, cada um tenta mostrar aos demais a forma adequada de se comportar de acordo com aquilo que acredita ser a maneira mais correta de agir como um homem ou como uma mulher. Os meios utilizados por cada sujeito são distintos: conversas entre alunos, aulas, regras escolares etc.

O professor ocupa um lugar central neste processo, pois a ele cabe a tarefa de reafirmar ou desconstruir os papéis criados culturalmente e historicamente para os gêneros de forma educativa, dinâmica e respeitosa a partir de aulas e outras atividades, como palestras por exemplo. A interação entre alunos e professores na sala de aula é um momento importante da aprendizagem, no qual se transmite ao aluno a importância de respeitar as diferenças entre as identidades e opiniões de cada um e o prepara para ser um cidadão crítico diante das informações que lhe serão dadas durante todo o processo educativo.

Os professores podem contribuir para atingir a terceira Meta de Desenvolvimento do Milênio (MDM) 'promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres' ao desenvolver novas habilidades e capacidades. Eles podem, através das suas ações diretas desafiar as ideias difundidas de como alunas e alunos costumam se comportar, conscientizar sobre questões de gênero e proteger os alunos de exploração ligada a seu gênero e também estimular as meninas a estudar matérias tradicionalmente consideradas apropriadas apenas para os meninos, como a matemática (WILLIAMS, et al., 2005, p. 1, apud, SILVA, 2015, p. 104).

A maneira pela qual o professor pode desconstruir os padrões historicamente construídos, independentemente da disciplina que ministra, passa, por exemplo, pela adoção de atitudes desafiadoras a esses enquadramentos, incentivando os alunos a fazerem o mesmo, na expectativa de conscientizá-los sobre não haver um modo “natural” de se portar corretamente de acordo com seu sexo, mas sim “social” e “culturalmente” construído.

### 3.4 A temática de gênero na legislação educacional

Como dito anteriormente, há leis que preveem a educação para o respeito à identidade do aluno, para a colaboração na formação do senso crítico do indivíduo educando, visado, principalmente, despertar de humanidade no aluno. Desse modo, foram utilizadas diversas fontes e de diversos anos para a comparação das mudanças feitas ao longo dos anos nos documentos legais sobre a questão de gênero. Foram considerados os seguintes elementos normativos: Política Nacional de Educação (PNE, 2014-2024); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394/1996); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961); Parâmetros Curriculares Nacionais (2000); Base Nacional Curricular Comum (Texto base/2016); Organização didática IFSP (Cursos) integrados; PPC dos cursos integrados do IFSP-SBV (Eletrônica e Informática).

Fica claro que ao ler o documento da Organização didática do IFSP que ele deixa de forma explícita a prática do respeito e tolerância com os colegas independentemente de sua posição social e por fazer referência clara ao reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual, ao ingressar na instituição.

É possível perceber que os dispositivos legais interagem entre si, mostrando que o objetivo da escola não é apenas formar cidadãos preparados para o mercado de trabalho. Fica a cargo da escola também a educação para a cidadania, a preparação para o convívio social e suas relações, estimulando o respeito e a tolerância para com o próximo, mesmo que ainda seja polêmico tratar o assunto na escola em diversas disciplinas. Nesse contexto, o documento da Secretaria de Educação do Paraná (2010) bem explica essa situação.

Diretrizes curriculares de Matemática, Ciências, Língua portuguesa não causam espanto, dizem respeito a conhecimentos consagrados pelos processos de naturalização dos saberes. Entretanto, diretrizes para gênero e diversidade sexual nas escolas pode causar um certo mal-estar. A escola precisa trabalhar com isso? Sim, é essa a tarefa da escola, sobretudo porque as questões de gênero e diversidade sexual já estão presentes no sofrimento, violência e exclusão. (SEED, Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2010, p. 18).

Nesse documento, referencial para o debate no país, o conceito de gênero seria a construção social do sexo anatômico demarcando que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia dos seus corpos (SEED, 2010, p. 8). Gênero é assim definido a partir da distinção do sexo biológico em relação ao caráter social das distinções de sexo (SCOTT, 1995).

Nesse sentido, reforça-se o sentido cultural e histórico de gênero e a necessidade de se trabalhar para o respeito à diversidade e às diferentes identidades de gênero já que estamos falando de cidadãos em busca de reconhecimento de suas demandas.

Dentre todos os documentos lidos, há poucas menções a esse debate, exceto nas diretrizes curriculares do Estado do Paraná (que não normatizam as práticas no Instituto Federal de São Paulo), trata da abordagem das questões de gênero dentro da sala de aula. Estes documentos fazem referência ao respeito que a instituição escolar deve ter pela diversidade, outros nem mesmo a citam, incentivam o respeito e tolerância para com o próximo, porém não incluem as diferenças de gênero e orientação sexual, apenas de classe e racial. As menções nos documentos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), os Parâmetros e Diretrizes curriculares nacionais (2000), a Base Nacional Curricular Comum (2016), Política Nacional de Educação (2014), Organização didática do IFSP (2016) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do técnico integrado em Informática e Eletrônica do IFSP, são tópicas e muitas vezes descontextualizadas e superficiais.

Percebe-se, então, que tratar de temas como gênero e sexualidade nas escolas ainda gera desconfortos variados. No entanto, é tarefa da escola abordar tais temas considerando seu papel na formação de senso crítico dos indivíduos. Essa dificuldade está relacionada à resistência de grupos conservadores e religiosos em relação à identidade de gênero homoafetiva, resistência esta que repercute também negativamente na luta das mulheres por direitos e espaços.

A polêmica gerada quando da discussão do Plano Nacional de Educação (2014-2024) sobre a temática de gênero reforça esse estado de coisas. A discussão que adveio dos Planos municipais e estaduais de educação trazia o posicionamento das bancadas evangélicas contra a inclusão da questão de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual nos documentos educacionais. Essa resistência apareceu também na discussão do Plano nacional/PNE, e as bancadas conservadoras se posicionaram contra uma dita “ideologia de gênero” que deturparia o tradicional modelo de família baseado nos conceitos de homem e mulher. O texto original vetado colocava como meta “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. O PNE, versão aprovada, não faz nenhuma menção às duas últimas questões, delegando para Estados e municípios a decisão de incluí-las ou não em seus planos (MUNDIM, 2015).

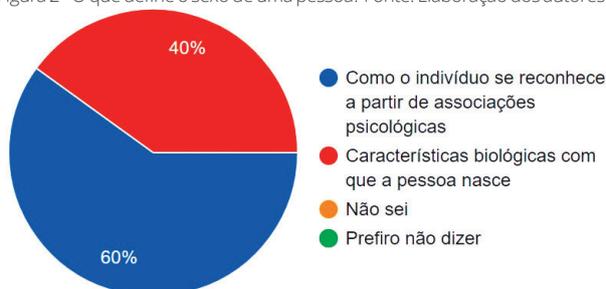
Desse modo, trataremos a seguir da percepção de docentes sobre o trabalho com a temática de gênero e temas afins na realidade de sala de aula do Instituto Federal de São Paulo, Câmpus de São João da Boa Vista, analisando o nível de relevância e as possíveis formas de introduzir e debater esse assunto na escola.

### 3.5 A visão dos Docentes na pesquisa empírica

As informações abaixo reproduzem dados colhidos com docentes do Instituto Federal de São Paulo, Câmpus de São João da Boa Vista, seguindo as normas de Ética e anonimato dos sujeitos envolvidos nas entrevistas e as informações disponibilizadas.

As perguntas objetivas (fechadas ou de múltipla escolha) feitas aos docentes (um total de 15), conforme consta na Metodologia, foram as de número 1, 2, 7, 8 e, tendo sido a 1 e 2 divididas em etapas para que justamente uma não influenciasse na outra e para testar os conhecimentos deles quanto aos termos mais utilizados quando se aborda as questões de gênero (Figura 2).

Figura 2 - O que define o sexo de uma pessoa? Fonte: Elaboração dos autores



Obs.: As possíveis respostas para as perguntas eram como o indivíduo se reconhece a partir de associações psicológicas, características biológicas com que a pessoa nasce, não sei e prefiro não dizer.

A figura acima demonstra como ainda há confusão quando se utiliza os termos sexo e gênero, já que muitos docentes entendem por sexo as associações psicológicas, como se ambos fossem sinônimos um do outro. Porém, a maioria não entende mais o sexo apenas como conformação biológica. Por conta disso, pode-se concluir sobre certa associação que os entrevistados fazem entre sexo e gênero e o tratamento como se fossem sinônimos. A definição não é consensual e gera dúvidas, pois, há uma distinção entre o que seria sexo biológico e sexo como elemento do poder. Sexo biológico “se define pelas características fisiológicas, informações cromossômicas, órgãos genitais, potencialidade individual para o exercício de qualquer função biológica que diferencia machos e fêmeas” (SEED, 2010). Sexo pode se referir também, na visão de Foucault (1999), a uma norma que torna o sujeito viável, à importância dada ao fator corporal (biológico), pois, o sexo produz, interdita, possibilita e regula o corpo, limitando certos tipos de escolhas para a produção de um corpo sexuado que seja culturalmente aceitável e inteligível.

E para completar a afirmação segue abaixo os dados coletados da pergunta referente ao que se entende por gênero (Figura 3):

Figura 3 - O que define o gênero de uma pessoa? Fonte: Elaboração dos autores



Obs.: As possíveis respostas para essa pergunta eram: conformação orgânica que permite distinguir homem e mulher e seu papel na reprodução; como um indivíduo se reconhece sem ou com o determinante biológico; não sei e prefiro não dizer.

Portanto, a figura 3 serve para comprovar os fatos ditos a respeito da figura 2, que apesar do avanço em

diversas áreas de nossa sociedade, quando se trata da expressão gênero, ainda se está preso à perspectiva anatômica e biológica, momento em que se começou a buscar uma nova palavra que abrangesse mais do que apenas feminino e masculino, o sexo frágil ou relações sexuais (antes mesmo de Simone de Beauvoir escrever sobre *O Segundo Sexo*, 1949). Houve a troca na definição conceitual e mesmo uma associação, como se comportassem sinônimos. A citação abaixo esclarece um pouco dessa dificuldade conceitual:

Recentemente as feministas americanas começaram a utilizar a palavra Gênero no sentido literal, como uma forma de entender, visualizar e referir-se à organização social da relação entre os sexos. Eram tentativas de resistência ao determinismo biológico implícito, por parte destas feministas, presente no uso dos termos como sexo ou diferença sexual. Na verdade queria-se enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas unicamente em sexo. [...] Usar Gênero assim pressupõe todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. Coloca-se aqui então o desafio de reconciliar a teoria com a história, que trata das experiências e estudos específicos. Como articular teoria, concebida em termos gerais e universais, com a especificidade de condição feminina? (GUEDES, 1995, p. 8-10)

Após esclarecidas as definições dos conceitos gênero e sexo, abordamos se os docentes possuem o conhecimento de como esses termos são apresentados nas documentações institucionais do IFSP – São João da Boa Vista e se de fato há referência específica para estudos e trabalhos sobre essa temática (Figura 4).

Figura 4 - Tem conhecimento sobre os documentos institucionais?

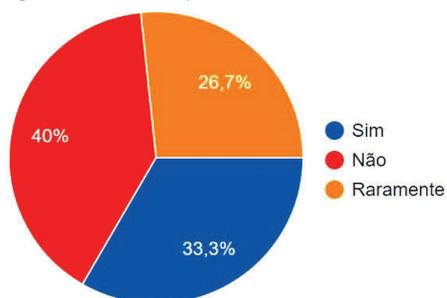


Fonte: Elaboração própria

Segundo os dados representados na figura 4, 53,3% dos docentes que participaram da pesquisa afirmam não ter conhecimento de como as temáticas *Gênero*, *Sexo e Sexualidade* aparecem nos PPCs (Projeto Pedagógico de Curso) e no PPP (Projeto Político Pedagógico) do campus e justificavam o fato por serem documentos recentes ou serem docentes que ingressaram na instituição a pouco tempo. Já os que responderam possuir conhecimento a respeito dos PPCs e PPP, afirmavam apenas possuí-lo por sua contribuição para o desenvolvimento destes.

Também foi questionado se a temática aparecia nos materiais didáticos que são utilizados em aula, e foram obtidos os seguintes resultados (Figura 5):

Figura 5 – A temática aparece no material didático de sua disciplina?



Fonte: Elaboração própria

Somado os dados, 66,7% dos contribuintes com a pesquisa afirmam que a temática não aparece ou raramente aparece nos materiais didáticos. Este pode ser justificado devido a 47,6% dos docentes que participaram da pesquisa serem da área de ciências da natureza e suas tecnologias. E 27,6% correspondem a área de linguagens e códigos. Ou seja, a abordagem da discussão de gênero ainda é limitada às matérias da área de ciência humanas e suas tecnologias. Porém, baseado nos dados apresentados na figura 6, questionamos se apesar da ausência da temática em materiais didáticos, os professores das distintas áreas de atuação trabalhariam as questões de gênero e sexualidade em aula. Obtivemos os seguintes resultados:

Figura 6 - Trabalharia as questões de Gênero e Sexualidade em sua aula?



Fonte: Elaboração própria

Segundo a figura 6, 66,7% dos docentes afirmam que trabalhariam a temática em aula. Contudo, apesar da grande disponibilidade apresentada, 26,4% dos docentes apoiam que as questões de gênero devem ser trabalhadas somente se necessário e 6,7% acreditam não ser um tema pertinente a disciplina que atua. Tais dados evidenciam novamente a limitação da temática no âmbito acadêmico, isto é, assim como nos materiais didáticos, os professores da área de ciências humanas e suas tecnologias ficam com a responsabilidade e a sobrecarga para com as questões de gênero e sexualidade e, para as demais áreas pode ser considerado apenas um assunto opcional.

Segundo Silva (2015), produz-se uma visão, com base na opinião de docentes, que a Sociologia é

uma disciplina redentora do ambiente escolar e que deve ter a responsabilidade de formar cidadãos. E, ao analisar, de forma crítica, as mudanças sociais, criou-se, no imaginário coletivo, a ideia de que a Sociologia tramava contra o poder. Não é diferente com a discussão sobre diversidade de gênero, cuja responsabilidade central recai também para a Sociologia e alimenta de expectativas, tanto positivas quanto negativas, essas áreas de conhecimento. No entanto, é importante destacar a ressalva, em total descompasso se constrói expectativas sociais quando se disponibilizam aulas de Sociologia apenas no ensino médio, com carga horária reduzida (1/2 aulas por semana).

Conforme o questionário, as perguntas qualitativas aplicadas aos docentes foram a 3,10,11 e 12 do questionário (Figura 8). Inicialmente, foi questionado a importância do estudo das questões de gênero em sala de aula com a respectiva justificativa. Todos os docentes que participaram da pesquisa responderam que sim, acham importante a abordagem em aula, mas com ressalvas.

Novamente, surge a restrição da temática a área de ciências humanas. Assim, apesar de considerarem ser importante a abordagem, prosseguem defendendo que deve ser trabalhado em matérias relacionadas à reprodução ou comportamento humano e social, justificando que para a questão ser debatida deve haver um motivo. Entretanto, nota-se nos resultados obtidos que os docentes possuem consciência sobre o seu papel na formação do aluno como cidadão assegurando sobre tudo seu direito de ser um indivíduo crítico, mas que saiba respeitar as diferenças sem preconceito e com respeito.

Porém, defender uma ideia é diferente de aplicá-la, assim em seguida questionamos se o docente se sentiria confortável em trabalhar as questões de gênero em aula. O resultado é animador sob a perspectiva de disponibilidade de trabalhar as questões em aula. Contudo, as justificativas evidenciam uma nova questão que é a capacidade de trabalhar a temática em aula.

Os docentes, como já dito, apoiam a abordagem das questões de gênero e sexualidade na escola, assim como estão abertos ao diálogo sobre o tema. Porém, muitos não se sentem devidamente capacitados e preparados para ministrar aulas sobre a temática. Afirmam ser necessário aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Por fim, questionamos como trabalhariam o tema em aula. Notou-se que a metodologia de ensino é diversa e varia de acordo com a área de atuação do docente. Todavia, um método constantemente utilizado são os debates. O diálogo é essencial para a abordagem das questões de gênero. Desse modo, é possível compreender, em diálogo com as diretrizes curriculares do Paraná (SEED, 2010, p. 69), que devemos

[...] refletir, repensar e transformar as práticas educativas com as quais fomos socializadas/os na nossa história escolar pode provocar olhares críticos sobre nossas próprias práticas educativas. Como protagonistas na proposição das práticas educativas, somos também responsáveis por práticas que discriminam e desqualificam sujeitos que

não se enquadram nas padronizações vigentes. Nesse sentido, as propostas para o trabalho com gênero e diversidade sexual na educação dependem das práticas reflexivas dos sujeitos envolvidos nos contextos educativos. Educadoras e educadores, que reflitam e transformem suas próprias práticas podem produzir encaminhamentos de trabalho específicos em cada contexto.

### 3.6 A VISÃO DOS GESTORES NA PESQUISA EMPÍRICA

Para o questionário dos gestores (com o Diretor Adjunto Educacional e Coordenadores de curso dos cursos técnicos integrados em informática e eletrônica), a fórmula de se obter as respostas foi diferente, pelo contato a mais que os gestores possuem com os documentos e normas curriculares a respeito da instituição. O tipo de pergunta dirigida aos gestores foi a de perfil com resposta aberta para que eles pudessem comentar se além de ter informação sobre a incidência das questões de gênero nos documentos, sabiam como a questão de gênero era abordada dentro deles. Seguindo o mesmo modelo de questionário usado entre docentes, assim ficaram as perguntas: 1. O que é sexo em sua opinião?; 2. O que é gênero em sua opinião?; 3. Como essas temáticas (Gênero, Sexo e Sexualidade) aparecem nos PPCs (Projeto Pedagógico de Curso) e no PPP (Projeto Político Pedagógico)?; 4. Você acredita ser importante o debate sobre as questões de gênero no ambiente escolar? Justifique.; 5. Se sentiria confortável e apoiaria que seus docentes e servidores trabalhem questões de gênero em sala de aula? Justifique.; 6. Como você acredita que o conteúdo (gênero e sexualidade) deveria ser trabalhado?

Dentre as perguntas feitas apenas as questões 1 e 2 eram de alternativas, sendo a restante de respostas abertas, devido ao cargo dos entrevistados e de suas relações com os documentos do IFSP-São João da Boa Vista, em que foram obtidos os seguintes resultados quantitativos:

Figura 7 - Definição de sexo



Fonte: Elaboração Própria

Quando analisamos o questionário entregue aos gestores, ficou mais claro que eles possuem certo conhecimento quanto aos termos utilizados quando se trata das questões de gênero, como indica a figura acima (Figura 7),

em que 66,7% responderam que sexo está associado às características biológicas com que a pessoa nasce. Na figura seguinte também fica claro, a diferença que eles reconhecem entre as palavras.

Figura 8 - Definição de gênero



Fonte: Elaboração Própria

Por tanto, analisando a figura acima (Figura 8), podemos perceber que 66,7% dos gestores respondeu que gênero é definido pela forma como o indivíduo se reconhece. Porém, compreender não quer dizer aceitar, sendo uma das questões colocadas no questionário.

Scott (1995) pontua a dificuldade de tratar de questões que envolvem diversas dimensões em sua consideração, sem dogmatismos e pré-conceitos, sobretudo quando certas posições hegemônicas estão há muito tempo sedimentadas.

Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de possibilidades alternativas e, algumas vezes, elas são abertamente contestadas. A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito (SCOTT, 1995, p. 85/86).

As perguntas 4 e 5 eram qualitativas, ou seja, eram de respostas abertas. Assim, todos responderam ser relevante debater o tema e se sentir confortável para tratá-lo, e justificaram dizendo que são conhecimentos que agregam na formação do aluno e do profissional. Como um dos gestores que ao ser questionado sobre se sentiria confortável quanto ao tema deu a seguinte resposta "Sim, é uma obrigação dos docentes e professores, como uma forma de informação, instrução, pois a escola é onde os alunos vão buscar a educação" e as outras respostas seguem a mesma ideia, porém alguns foram mais breves na hora de responder.

Todavia, apesar de não rejeitarem o tema, será que eles possuem conhecimento quanto às normas presentes nos documentos da instituição (Pergunta 3)?

Documentos como PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPP (Projeto Político Pedagógico) são ainda pouco conhecidos, em detalhes, até pelos próprios gestores, uma vez que são construções recentes e, muitas vezes, apenas cumpridoras de uma rotina burocrática. Perguntamos então qual a forma que eles acreditavam ser a melhor para tratar as questões que envolvem gênero dentro do IFSP - São João da Vista (Pergunta 6), e para eles a melhor forma seria por meio de palestras e debates com profissionais da área.

Esses resultados nos mostram que os gestores possuem conhecimento da temática, dos documentos, e que apoiariam o debate dentro do ambiente escolar, seja com as palestras ou os debates que já aconteceram mais de uma vez, como na Semana de Educação que conta com a colaboração dos alunos para sua organização. Nesse sentido, Guedes (1995) nos provoca a pensar além da força normativa dos conceitos, analisando também seu caráter propulsor de identidades subjetivas. Faz-se, desse modo, relevante pensar além da pergunta "o que é gênero?", mas, sim, analisar como está se construindo e desconstruindo historicamente esse conceito. Torna-se necessário ir além das ideias dadas como certas e pensar sobre as incertezas, conflitos e dimensões da discussão sobre gênero, para daí avançar em uma sociedade mais justa e igualitária nas suas diferenças, semelhanças e multiplicidades.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das leituras realizadas, concluímos que o ensino das questões de gênero nas escolas ainda apresenta dificuldades, por uma diversidade de motivos: falta de conhecimento sobre o assunto e sobre a legislação pertinente, não reconhecimento do papel da escola na sua abordagem e resistência de grupos organizados de pressão na sociedade. A escola é um dos principais agentes para a formação do senso crítico dos educandos, como afirma a pedagogia crítica de Giroux (1986, 1987) e Forquin (1993) (SCHULTZ, 2010) e pode contribuir para a afirmação dos padrões tradicionais de gênero como também pode desconstruí-los. A escola, como já dito, poderia representar um "lugar de memória" (CIAVATTA, 2005, p. 97), e de preparação dos estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a compreensão das relações sociais.

A legislação educacional brasileira que regulamenta a educação básica de nível médio orienta o ensino da temática de gênero de forma a despertar a capacidade de compreensão e o respeito da identidade de cada aluno nos estudantes. A LDB (1996) e as Diretrizes Curriculares (1998), aqui analisadas, preveem o respeito à diversidade. A Minuta que regulamenta o ensino médio integrado ao ensino técnico no IFSP está em consonância com a legislação federal e orienta a adoção de concepções e práticas que reconheçam as identidades de gênero. Essa diretriz aparece como algo que deve permear a organização do ensino como um todo, ou seja, não se apresenta como algo exclusivo dos componentes curriculares da área de Humanas.

Os resultados obtidos através da pesquisa de campo demonstram que os docentes e gestores consideram

relevante a abordagem das questões de gênero na escola. Porém, não se sentem muito confortáveis e capacitados para trabalhar a temática em aula. Consideram necessário aprofundar os conhecimentos antes de discuti-los, restringindo o assunto às aulas da área de ciências humanas e biológicas. Propôs-se, também, que esse tema fosse apresentado por meio de palestras, debates e atividades variadas<sup>2</sup>.

#### REFERENCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional estabelecidas.** Presidência da República: Casa Civil, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) >. Acesso em: 22 maio 2017.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional estabelecidas.** Câmara dos deputados, Brasília, 20 dez. 1961. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/> >. Acesso em: 22 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 2016. **Organização didática do IFSP.** Disponível em: < [http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/89\\_reitoria.html?download=15877%3Aconsulta-publica](http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/89_reitoria.html?download=15877%3Aconsulta-publica) >. Acesso em: 27 mai. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2015. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha Base.** Disponível em: < <http://www.publicacoes.inep.gov.br/porta1/download/1362> >. Acesso em: 27 maio 2017.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.), **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.

DAVIS, A. **Mujeres, raza e clase.** Madri: Alcal, 1981.

DICIONÁRIO DO AURELIO. **Dicionário Aurélio de Português Online.** Disponível em: < <https://dicionariodoaurelio.com/> >. Acesso em: 10 ago. 2017.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade (I): A vontade de saber.** 13ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FORQUIN, J.C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** SP: Cia das Letras, 2016 [1905].

GIROUX, H. **Escola crítica e política cultural.** São Paulo: Cortez, 1987.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação.** Petrópolis: Vozes, 1986.

2 - Como tem ocorrido através de evento Semana de Educação para a Vida, realizada anualmente no campus do IFSP de São João da Boa Vista e que está em sua nona edição, oferecendo palestras, minicursos e oficinas.

GUEDES, E. F. Gênero, o que é isso? **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília: CRP-CFP, v. 15, n. 1-3, p. 4-11, 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pccp/v15n1-3/02.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. de 2017.

JARDIM, D.; BRÊTAS, J. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, p. 1, out. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v59n2/a07> >. Acesso em: 5 jun. 2016.

LÉON, E. La educación: una problematización epistemológica. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 53, n. 4, p.93-106, oct. dic. 1991.

LUKÁCS, George. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 4, 1978, p. 1-18.

MARIANO, Silvana A., et al. Conceituando gênero, conjunturas familiares e homofobia para uso da sociologia no ensino médio. **Ensino de Sociologia em Debate**, Londrina, UEL/PIBID de Ciências sociais, Edição, n. 1, v. 1, p. 1-21, jan-jun. 2012.

MUNDIM, Izabelle. O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal? **UOL Educação**. Disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm> >. Acesso em: 19 abr. 2017.

IFSP-SBV. **Projeto Político-Pedagógico (PPP)**: PDI (2014-2018). Comissão Elaboradora do PPP: São João da Boa Vista, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth B. Posfácio: conceituando gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUNHOZ-VARGAS, Monica. (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1994.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria de útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, UFRGS/FACED, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SCHULTZ, Lenita M. J. Por uma Pedagogia Crítica: reflexões sobre algumas tendências em educação. **Educação em Revista**, Unesp, Campus de Marília, v.2, n.1, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED). **Diretrizes curriculares de Gênero e Diversidade sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. Versão Preliminar. Departamento da Diversidade/Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, 2010. Disponível em: < [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce\\_diversidade.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf) >. Acesso em: 04 set. 2017.

SILVA, A. O. G. da. A Sociologia enquanto redentora no ambiente escolar? o problema da centralização da responsabilidade acerca da discussão da diversidade de gênero exclusivamente na disciplina de Sociologia. In: ARAÚJO, A. L. de. **Políticas e práticas educacionais: Lenpes e novos talentos ciências humanas**. Londrina: UEL, 2015, p. 102-111.

SILVA, M. A noção de gênero em Swales: revisitando conceitos. **Revista de Linguagem, Cultura e Discurso**, p. 1, out. 2005. Disponível em: < <http://revistas.unincor.br/index.php/recorte/article/view/2125/1812> > . Acesso em: 5 jun. 2016.

SILVA, S. et al., Conceituando gênero, conjunturas familiares e homofobia para uso da Sociologia no ensino médio. **LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL**, p. 2-15, out. 2012. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/lenpespid/pages/arquivos/1%20Edicao/1ordf.%20Edicao.%20Artigo%20MARIANO%20S.%20A.%20et%20al.pdf> >. Acesso: 15 abr. 2016.

WILLIAMS, S., et al. **Manual de Capacitación en Género de OXFAM**. Edición adaptada para América Latina y el Caribe. Lima, Atenea, 2005.